



## **Ata da 4º Reunião do Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau**

**Data:** 13 de maio de 2016

**Local:** Plenário das Câmaras Cíveis Reunidas, TJPA.

**Hora:** 10h

### **Participantes:**

Membros do Comitê – Abel Rodrigues, Cristiano Magalhães Gomes, Edvaldo Lima, João Joaquim Cardoso Neto, José Coriolano da Silveira, Mário Rosa, Maurício Crispino Gomes, Priscila Mousinho.

Convidados – Nazaré Saleme, Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças; Mario Ribeiro, Assessor de Planejamento; Nilce Ramôa, Secretária de Informática; Claudio Paes, Assessor da Secretaria de Informática; Adisson Pires do Santos, Servidor da Secretaria de Informática; Marilene de Cunha Farias, Coordenadoria de Arrecadação; Haroldo Azevedo Rodrigues, Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação de Serviços Judiciais.

Secretária do Comitê – Jéssica de Bosi

### **1 – DISCUSSÕES**

O magistrado Cristiano Magalhães iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e passou a palavra ao assessor de planejamento Mario Ribeiro que iniciou apresentação situacional do cenário econômico nacional e estadual, seguida da apresentação gráfica das receitas e despesas do TJPA realizada pela secretaria de planejamento Nazaré Saleme. O servidor João Joaquim questionou a existência de uma política alternativa a ser adotada pelo Tribunal em razão da não concessão do reajuste. Levantou a possibilidade de concessão de percentual mesmo que menor que a inflação.

Secretária Nazaré Saleme esclareceu que não será tomada nenhuma decisão de reajuste que causará impactos negativos, como as que vem acontecendo em outros Tribunais do País, a exemplo de parcelamentos ou demissões. Acrescentou que a possibilidade de reajuste também não está afastada, todavia a administração está aguardando o real valor



correspondente a parcela do repasse do Tesouro para realizar novo estudo, na primeira quinzena de julho, no que tange a possíveis aumentos.

Assessor Mario Ribeiro ratificou, ao citar o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que seria uma imprudência e desrespeito à própria Lei, fixar tal despesa sem poder garantir a previsibilidade de aumento de receita.

Servidor Edvaldo Lima ponderou que apesar da expansão judiciária com instalação de varas e comarcas o Comitê pudesse traçar diretrizes para averiguar a expansão judiciária. Nazaré Saleme esclareceu que apesar da expansão ter contribuído não foi a expansão a causa principal da situação financeira do TJPA. Relacionou que as determinações do CNJ e outras ações emergenciais, tais como instalação PJE e políticas judiciárias também são fatores significativos para o comprometimento dos orçamentos dos Tribunais.

Mario Rosa sugeriu que o Comitê deve se deter em estratégias de economia e investimento e não em como e onde gastar, reforçando a ideia de como é possível priorizar o primeiro grau.

Magistrado Lucio Barreto expos os pontos levantados na 2ª Reunião da Rede de Priorização do 1º Grau que ocorreu em Brasília nos dias 03 e 04 de maio de 2016, inclusive com proposição de agenda de reuniões e normativos do comitê.

Cristiano Magalhães trouxe para votação do grupo os parâmetros da consulta com magistrados e servidores sobre sugestões para elaboração do orçamento 2017, no que tange o 1º grau de jurisdição.

Cristiano Magalhães, baseado na reunião anterior do Comitê, ponderou que a Coordenadoria de Arrecadação poderia criar uma estratégia de repassar novas orientações aos magistrados e funcionários da UNAJ nas comarcas de todo o estado sobre a Lei de Custas, bem como treinamento para cobrança mais efetiva das custas. Exemplificou com possibilidade de realização de reuniões setoriais ou encontro regionais.

Magistrada Priscila Mousinho considerou a importância do empenho conjunto de magistrado e servidor na efetiva cobrança das custas judiciais e exemplificou que a Comarca de Curionópolis subiu 20 posições no ranking das comarcas que mais arrecadam com a ação mais incisiva do magistrado.

Servidor Haroldo Rodrigues esclareceu que em 18 de janeiro de 2016, foi encaminhado ofício circular noticiando a existência da nova Lei, acompanhado de resumo com os pontos mais importantes para auxiliar sua aplicação. Acrescentou que por meio das



análises dos relatórios correccionais percebe-se que os mandados são cumpridos mesmo sem o devido pagamento das custas e diante desse panorama, foi inserido no texto da Lei artigo visando a responsabilização de magistrado e diretores de secretaria pela não cobrança de custas, como estratégia de conscientização. A Lei inovou em procedimentos e foi editada em conformidade com o novo CPC.

Foi tomada a providência de criação de grupo de e-mail e aplicativo de comunicação em telefones celulares para facilitar o repasse das orientações. Relatou que em dezembro de 2015, totalizaram em 58 o número de orientações editadas. Esclareceu também que no período de vacância da Lei, foram promovidas discussões de cada um dos artigos mais controversos. Além de todas essas medidas, acrescentou que realiza atendimento por telefone.

Foi questionado o benefício da nova Lei para arrecadação. Haroldo Rodrigues explicou que o mês de abril não pode ser levado como parâmetro real de novas perspectivas, uma vez que o sistema de arrecadação ficou 15 dias sem funcionamento, o que não acarretou em crescimento efetivo. Espera-se o fechamento do mês de maio como para apuração de novas estatísticas. Não houve oposição para realização de encontros para magistrados.

Magistrados e representantes de classe propuseram realização dos mandado de intimação para o pagamento das custas finais cobrança pelas UNAJ's. Haroldo Rodrigues ponderou que a nova Lei de Custas, art. 26, §3ª, prevê expressamente a realização de tal ato como competência do diretor de secretaria, as UNAJ's não tem estrutura suficiente para dar conta de mais uma demanda, em especial nas comarcas de grande porte. Ponderou que há dificuldade financeira e física de fazer treinamento presencial e irá verificar possibilidade de treinamento disponível no site do TJPA. Servidor Edvaldo Lima disponibilizou materiais para filmagem de informativos sobre a Lei de custas.

Servidor Mario Rosa sugere o aproveitamento da funcionalidade do libra para que seja liberado o mandado pela Unaj mesmo, sem que passe pelo diretor de secretaria ou para o magistrado.

## 2 – Deliberações

- Parâmetros da pesquisa de sugestões do orçamento 2017, no que tange ao primeiro grau aprovados;



Priorização do 1º Grau da Justiça  
A nossa meta é você

A ata do dia 29.04.2016 foi aprovada;

- As reuniões do Comitê irão ocorrer na última sexta feira do mês, a começar no mês de junho;
- A Secretaria de Informática já está convidado para a próxima.